



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ARTES
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO
CURSO DE BACHARELADO EM JORNALISMO**

ÍTALO ARRUDA NUNES DE OLIVEIRA

**Reportagem “Inclusão no ensino superior: uma reflexão sobre as políticas de
acessibilidade na UFPB”**

João Pessoa
2023

ÍTALO ARRUDA NUNES DE OLIVEIRA

Reportagem “Inclusão no ensino superior: uma reflexão sobre as políticas de acessibilidade na UFPB”

Relatório de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do curso de Bacharelado em Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Dinarte Varela Bezerra

João Pessoa
2023

Catálogo na publicação
Seção de Catálogo e Classificação

O48r Oliveira, Italo Arruda Nunes de.

Reportem "Inclusão no ensino superior: uma reflexão sobre as políticas de acessibilidade na UFPB" / Italo Arruda Nunes de Oliveira. - João Pessoa, 2023.
50 f. : il.

Orientação: Dinarte Varela Bezerra.
TCC (Graduação) - UFPB/CCTA.

1. Jornalismo - TCC. 2. Inclusão - Ensino superior.
3. Acessibilidade - UFPB. 4. Webjornalismo. I. Bezerra, Dinarte Varela. II. Título.

UFPB/CCTA

CDU 070(043.2)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ARTES
CURSO DE JORNALISMO

ATA DE APROVAÇÃO

Este trabalho foi submetido à avaliação da Banca Examinadora composta pelos professores abaixo relacionados, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba.

Aluno(a): Ítalo Arruda Nunes de Oliveira

Título do trabalho: Reportagem "Inclusão no ensino superior: uma reflexão sobre as políticas de acessibilidade na UFPB"

Aprovado em 13 de junho de 2023, com média 10,0.

BANCA EXAMINADORA

Professor(a) orientador(a): Dr. Dinarte Varela Bezerra

Universidade Federal da Paraíba

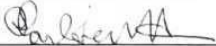
Departamento de Jornalismo

Assinatura: 

Professor(a) examinador(a): Dra. Marluce Pereira da Silva

Universidade Federal da Paraíba

Departamento de Jornalismo

Assinatura: 

Professor(a) examinador(a): Dra. Edneia de Oliveira Alves

Universidade Federal da Paraíba

Departamento de Língua de Sinais

Assinatura: 

Dedico este trabalho às pessoas que, apesar das dificuldades, persistem e se esforçam, dentro das suas condições, para alcançar seus objetivos.

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, a Deus e aos amigos espirituais que me auxiliaram antes, durante e depois da realização deste trabalho.

Agradeço, especialmente, aos meus pais, Francisca e Roberto, com os quais divido a alegria da formatura, por todo cuidado e apoio durante esta jornada que, mesmo árdua, foi gratificante.

Agradeço, de modo geral, aos meus familiares que me incentivaram, aconselharam e contribuíram direta ou indiretamente para a minha formação acadêmica.

Gostaria de agradecer também ao professor doutor Dinarte Varela Bezerra que, mais do que um orientador, foi um parceiro que me auxiliou e me ajudou a tornar este sonho uma realidade. A ele, minha gratidão.

Agradeço aos professores do Departamento de Jornalismo que participaram diretamente da minha trajetória universitária e, de forma especial, à professora doutora Marluce Pereira, pela qual tenho muito respeito e profunda admiração, e que, prontamente, aceitou o convite para participar da banca avaliadora.

Agradeço à professora doutora Edneia de Oliveira Alves, que também compôs a banca avaliadora e, antes da materialização deste trabalho, teceu junto comigo algumas propostas e ideias para torná-lo possível.

Agradeço às queridas amigas do grupo “desaplaudidos” (Ana Flávia Nóbrega, Bea Alcântara, Carol Cassoli e Nalim Tavares), com quem dividi (e divido) meus “desaplausos”, meus medos, minhas alegrias, minhas angústias, minhas ideias, minhas frustrações e meus êxitos em cada etapa deste trabalho. Dentre elas, particularizo um agradecimento a Cassoli, pelos puxões de orelha, conselhos e ajuda durante a produção tanto do pré-projeto e projeto de pesquisa quanto da reportagem e deste relatório.

Agradeço à equipe do jornal A União, que, ao me acolher naquele lugar, me ensinou como lidar com as dores e alegrias do fazer jornalístico diário.

Por fim, mas com a mesma gratidão, agradeço a cada personagem envolvida na criação deste trabalho: Joana, Ligio, Luzia, Mileide, Natália e Pollyana.

“Não basta que cada um se inclua, é preciso que cada um se convença dos benefícios de manter todos os demais também incluídos.” (Fernanda Mac)

RESUMO

Este é o relatório que apresenta o referencial teórico e descreve as etapas que nortearam a produção da reportagem “Inclusão no ensino superior: uma reflexão sobre as políticas de acessibilidade na UFPB”, resultado do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do curso de Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Produzido para o formato digital e para hospedagem na web, o produto jornalístico tem como objetivos publicizar as percepções e impressões de pessoas com deficiência vinculadas à UFPB sobre as ações de acessibilidade adotadas pela instituição, bem como apresentar os serviços oferecidos às PCDs no âmbito do espaço universitário. Para tornar isso possível, além da pesquisa exploratória sobre acessibilidade e inclusão no ensino superior, foi necessário entrevistar estudantes com deficiência, professores e servidores da UFPB que atuam diretamente na linha de frente dessa temática.

Palavras-chave: acessibilidade; inclusão; jornalismo; webjornalismo; UFPB.

ABSTRACT

This is the report that presents the theoretical framework and describes the steps that guided the production of the report "Inclusion in higher education: a reflection on accessibility policies in UFPB", result of the Final Work Course of Journalism at the Federal University of Paraíba (UFPB). Produced for the digital format and for web hosting, the journalistic product aims to publicize the perceptions and impressions of people with disabilities linked to UFPB on the accessibility actions adopted by the institution, as well as presenting the services offered to PCDs within the university space. To make this possible, in addition to exploratory research on accessibility and inclusion in higher education, it was necessary to interview students with disabilities, teachers and UFPB employees who work directly in the front line of this theme.

Keywords: accessibility; inclusion; journalism; web journalism; UFPB.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Entrevista com Luzia Dias	31
Figura 2 – página do e-mail profissional com a resposta do CIA	33
Figura 3 – página da área de edição da plataforma Veed.io.....	35
Figura 4 – página inicial do site criado para hospedar a reportagem	36
Figura 5 – seção “projetos de acessibilidade”	37
Figura 6 – página interna do site na seção “Contato”	38

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 PCD NO ENSINO SUPERIOR: CONCEITOS E MARCOS LEGAIS.....	15
2.1 Uma contextualização das estratégias de acessibilidade na UFPB	17
2.1.1 Programa de Apoio ao Estudante com Deficiência (Paed).....	19
2.1.2 Programa Aluno Apoiador e Manual do CIA.....	19
3 FUNÇÃO DO JORNALISMO: UMA NARRATIVA HUMANIZADA E INCLUSIVA.....	21
3.1 Webjornalismo: contexto histórico e características	22
3.2 Gêneros e procedimentos da prática jornalística.....	24
3.2.1 Entrevista	24
3.2.2 Reportagem	25
4 METODOLOGIA	26
4.1 Pré-produção	27
4.2 Produção	28
4.3 Pós-produção	34
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS	41
APÊNDICE A.....	44
APÊNDICE B.....	45
APÊNDICE C.....	47
APÊNDICE D.....	50

1 INTRODUÇÃO

A educação e a acessibilidade são direitos expressamente garantidos pela legislação brasileira. Mesmo assim, alguns grupos ficam à margem do processo de inclusão que estes dois direitos promovem (ou deveriam promover), inclusive, no ensino superior. Nesse sentido, as políticas públicas são imprescindíveis para viabilizar, além do acesso, a efetiva inclusão, permanência e emancipação da pessoa com deficiência (PCD) no ambiente universitário, bem como em outros espaços nos quais ela se movimenta e constitui suas atividades sociais, intelectuais e humanas.

Não é nenhuma novidade que só há inclusão se houver perspectiva de acessibilidade e vice-versa. No contexto do ensino superior, essa é uma problemática desafiadora, visto que o ingresso de PCDs só é efetivado com a promoção e oferta de políticas públicas voltadas não só para esta finalidade, mas também – e principalmente – para a garantia da cidadania e para o incentivo e a valorização dos direitos humanos fundamentais.

A universidade, segundo aponta Valentini *et al.* (2010, p. 152), é um ambiente cujos “problemas de adaptação à vida acadêmica e às obrigações que ela impõe conduzem muitas vezes ao fracasso e ao abandono”. A partir disso, é possível inferir que tais dificuldades associadas à falta de recursos e estratégias de acessibilidade interferem diretamente no processo de formação acadêmica do estudante com deficiência, que, por sua vez, possui necessidades educacionais específicas (NEEs) e carece de ações que sejam eficientes e lhe garantam o acesso ao conhecimento e ao desenvolvimento pleno das suas competências dentro e fora do espaço acadêmico.

Machado (2017, p. 358) afirma que para haver uma convivência coletiva e harmônica em todos os espaços, “é preciso o consentimento, o entendimento, a aceitação, o respeito, a tolerância, enfim, o engajamento aos discursos politicamente corretos da inclusão”. No entanto, muitos são, ainda, os desafios que perpassam pelo processo de construção deste cenário, considerado – do ponto de vista da

igualdade – como o ideal para um sistema educacional eficaz em sua função e em sua totalidade.

Nesse sentido, refletir sobre as ações afirmativas e as políticas públicas para pessoas com deficiência é condição extremamente necessária para a promoção de um debate que provoque uma educação mais inclusiva, acessível e emancipatória no ensino superior, afinal “não basta ser parte da sociedade, é preciso participar. Mais do que isso, é preciso querer participar de certos espaços e incentivar que todos participem” (MACHADO, 2017, p. 353).

Com isso, justifica-se a produção da reportagem “Inclusão no ensino superior: uma reflexão sobre as políticas de acessibilidade na UFPB”, resultado do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à coordenação do curso de Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Jornalismo. Sendo assim, este relatório tem por finalidade apresentar o processo criativo do produto mencionado, discorrendo sobre os aspectos teóricos e metodológicos que viabilizaram sua execução.

A reportagem foi produzida para o formato digital e, conseqüentemente, para hospedagem na *web*, com os objetivos de publicizar as percepções e impressões de pessoas com deficiência vinculadas à UFPB sobre as estratégias e ações de acessibilidade adotadas e oferecidas pela instituição, e apresentar os serviços voltados às PCDs.

Para isso, criou-se um site a partir das ferramentas disponibilizadas gratuitamente pela plataforma Canva¹, no qual o trabalho foi publicado. Após a apresentação à banca avaliadora, pretende-se divulgar amplamente a reportagem, com o intuito de fazer o conteúdo circular e chegar ao máximo de pessoas possível.

No primeiro capítulo deste relatório, apresenta-se um breve histórico sobre a implementação das políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência no ensino superior do Brasil e a adequação da UFPB às determinações da legislação. Nesta fase, além de ampla pesquisa bibliográfica sobre a temática, consultou-se também regulamentos, portarias e resoluções do Ministério da Educação (MEC) e da própria universidade.

¹ Plataforma *on-line* de design e comunicação visual, que permite a criação de posts para redes sociais, cartazes, apresentações, websites, entre outros (<http://www.canva.com>).

Adiante, nos capítulos dois e três, reflete-se, panoramicamente, sobre a função social do jornalismo, a urgência de uma mídia inclusiva e a origem do webjornalismo. Além disso, discorre-se sobre alguns gêneros jornalísticos, com enfoque na reportagem e na entrevista, abordando características, procedimentos e técnicas de cada um deles, tomando como base estudos teóricos de pesquisadores da área do Jornalismo.

Em seguida, no capítulo quatro, descreve-se o procedimento metodológico, apresentando as atividades desenvolvidas em cada uma das etapas de criação da reportagem, divididas em pré-produção, produção e pós-produção. Na primeira, relata-se como foram definidos tema, formato, pautas, fontes, personagens, entre outros atores e elementos necessários para a elaboração do produto.

Na segunda, mostra-se como se deu a fase de produção, detalhando a forma como as entrevistas foram realizadas, bem como os materiais e equipamentos utilizados durante este percurso. Na terceira, descreve-se como o material produzido foi organizado, selecionado e editado para se chegar à versão final.

Por fim, este relatório traz as considerações sobre todo o processo da pesquisa e da produção jornalística deste trabalho, e os seus impactos na formação acadêmica, profissional, social e intelectual do discente concluinte.

2 PCD NO ENSINO SUPERIOR: CONCEITOS E MARCOS LEGAIS

Para melhor compreender a problemática em torno da (falta de) inclusão e acessibilidade da pessoa com deficiência no ensino superior brasileiro – especialmente na UFPB, cuja instituição foi alvo desta pesquisa –, é preciso, antes, tomar ciência de alguns conceitos.

(...) considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais (BRASIL, 2015, art. 2).

Já o termo barreira, bastante mencionado na reportagem tanto pelas fontes/personagens quanto pelos representantes/servidores de núcleos de acessibilidade, pode ser compreendido como

qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação, classificadas em: a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público; b) barreiras nas edificações: as existentes no entorno e interior das edificações de uso público e coletivo e no entorno e nas áreas internas de uso comum nas edificações de uso privado multifamiliar; c) barreiras nos transportes: as existentes nos serviços de transportes; e barreiras nas comunicações e informações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação; (MEC, 2013, n.p).

Vale destacar, ainda, as barreiras atitudinais, que consistem em “atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais” (BRASIL, 2015, art. 3); e as barreiras tecnológicas, relacionadas tanto às dificuldades de acesso aos dispositivos de tecnologia quanto ao manuseio dessas ferramentas.

O termo acessibilidade, por sua vez, pode ser entendido como uma

condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (MEC, 2013, n.p).

A partir dessas noções, é possível refletir sobre a situação da PCD no ensino superior e os desafios que lhe circundam desde o ingresso até a conclusão (quando isso acontece) da sua trajetória acadêmica. Estatisticamente, em todo o Brasil, mais de 17 milhões de pessoas com idade acima de dois anos têm algum tipo de deficiência (IBGE, 2022). Deste total, pelo menos, 63.404 estão matriculadas em cursos de graduação de instituições de ensino superior das redes pública e privada de todo o país².

O número, mesmo sendo significativamente baixo – se comparado à população de pessoas com alguma deficiência –, tem crescido substancialmente nos últimos anos³. Tal realidade pode ser consequência do desenvolvimento de políticas públicas que garantem, mesmo que minimamente, o acesso deste público às universidades brasileiras.

Uma dessas políticas se constitui com o “Programa Incluir – Acessibilidade à Educação Superior”⁴, criado pelo MEC, em 2005, com o objetivo de promover e fomentar políticas institucionais de acessibilidade nas Instituições Federais de Educação Superior (Ifes) para garantir o pleno acesso de PCDs.

Segundo o documento orientador que efetiva a institucionalização do projeto e torna pública as diretrizes para a sua implementação, “consolidar políticas institucionais de acessibilidade, assegurando o direito de todos à educação, consiste em eficaz contribuição para que o novo paradigma torne-se realidade na vida das pessoas” (MEC, 2013, n.p).

Outro marco legal de suma importância para a promoção da acessibilidade é o Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), criado em 19 de julho de 2010, através do Decreto nº 7.234, com a finalidade de ampliar as condições de permanência dos jovens nas instituições federais de ensino superior. São objetivos do Pnaes:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;

² Dados do Censo da Educação Superior 2021, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2021/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2021.pdf>

³ No período de 2011 a 2021 o número de matrículas de PCDs cresceu mais de 180%, conforme o Censo da Educação Superior 2021.

⁴ Programa criado e fundamentado a partir dos princípios e diretrizes da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 13 de dezembro de 2006.

- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (BRASIL, 2010, Art. 2).

Somado a isso, a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015⁵, também foi sancionada para assegurar e promover o exercício dos direitos da pessoa com deficiência, visando não só a inclusão social, mas também a plena cidadania desta população, em condições concretas de igualdade. Todavia, foi somente no ano seguinte, em 2016, com a sanção da Lei nº 13.409⁶, que as universidades públicas do Brasil passaram a reservar, obrigatoriamente, vagas em cursos de nível técnico e superior para pessoas com deficiência.

Apesar dos avanços, deduz-se que a inclusão da pessoa com algum tipo de deficiência nas atividades educacionais ainda é um desafio que precisa ser enfrentado. A reportagem “Inclusão no ensino superior: uma reflexão sobre as políticas de acessibilidade na UFPB” é uma pequena constatação dessa hipótese, haja vista as experiências compartilhadas por estudantes matriculados em cursos de graduação e pós-graduação e por profissionais da área da educação especial.

2.1 Uma contextualização das estratégias de acessibilidade na UFPB

Um dos órgãos reguladores e aplicadores das políticas públicas e afirmativas voltadas à minimização das desigualdades entre pessoas com deficiência e pessoas sem deficiência na UFPB é o Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA), criado em 26 de novembro de 2013, por meio da Resolução nº 34/2013 do Conselho Universitário (Consuni). O CIA funciona como uma assessoria especial vinculada ao Gabinete da Reitoria, e tem como principal função promover a assistência à comunidade universitária com algum tipo de deficiência (UFPB, 2015), desde o ingresso até a conclusão do curso, nos níveis de graduação e pós-graduação. Até dezembro de 2022, a UFPB havia registrado 5.060 cadastros de necessidades

⁵ Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

⁶ Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino (BRASIL, 2016).

educacionais específicas (NEEs). Deste total, apenas 516 estão em atendimento pelo Comitê⁷.

Inicialmente, o apoio ao estudante com deficiência na graduação se dá por meio do cadastramento e da validação do laudo médico do candidato cotista (neste caso, especificamente, da pessoa com deficiência) no Sistema de Seleção Unificada (SiSU),⁸ realizado pela Pró-Reitoria de Graduação (PRG) junto à Coordenação Acadêmica e ao CIA. Logo, após o cadastro dos discentes com alguma deficiência, uma relação, com os dados devidamente validados, é encaminhada ao comitê, que, por sua vez, é responsável por assistir, acompanhar e auxiliar o discente durante o seu percurso universitário. Desse modo:

O CIA no uso de suas atribuições, através do Estágio Curricular em Terapia Ocupacional, com a relação de estudantes apresentada pela PRG em mãos e, com os registros de solicitação por estes alunos via sistema, realiza o agendamento das avaliações destes estudantes e os devidos encaminhamentos aos serviços da Rede do CIA nos campi da UFPB, bem como o acompanhamento individual e personalizado de cada aluno, considerando sua condição específica e outras demandas educacionais que impliquem em necessidades de adaptações metodológicas e didáticas (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2021, 1.1).

Além disso, para garantir a permanência e o aprendizado destes discentes, o CIA mantém as diretrizes do Programa de Apoio ao Estudante com Deficiência (Paed),

cujas ações consistem no fornecimento de equipamentos de Tecnologia e Tecnologia Assistiva para viabilizar o acesso aos conteúdos, além do apoio de estudantes que passam por formação continuada e ofertam suporte acadêmico, de comunicação e de locomoção aos estudantes assistidos, conforme Resolução nº 29/2020 do CONSEPE (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2021, 1.1).

⁷ Os dados constam do Relatório CIA em Números 2022 elaborado pelo Comitê de Inclusão e Acessibilidade (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2023)

⁸ Plataforma do Ministério da Educação que viabiliza o ingresso de participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em instituições públicas de ensino superior de todo o Brasil. Disponível em: <<https://acessounico.mec.gov.br/>>.

O mesmo se aplica aos discentes que ingressam nos cursos dos programas de pós-graduação. De acordo com a Resolução Nº 58/2016 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe)⁹ da UFPB, cabe aos programas de pós-graduação “observar as recomendações aprovadas pelo Fórum de Pós-Graduação, oriundas do Comitê de Inclusão e Acessibilidade, para ingresso e permanência das pessoas com deficiência” (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2016, art. 3) em suas atividades.

2.1.1 Programa de Apoio ao Estudante com Deficiência (Paed)

O Programa de Apoio aos Estudantes com Deficiência (Paed) é uma das ações assistenciais que pertencem ao Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA) da UFPB, e tem como premissa prestar auxílio a todos os alunos da instituição com algum tipo de deficiência ou limitação, por meio de projetos, ações afirmativas, recursos assistivos e editais que garantam àquele público condições mínimas de acesso aos conteúdos e às atividades da universidade.

A Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (Prape) auxilia diretamente o CIA na execução do Paed, tanto com o aporte financeiro de recursos (com compra de materiais permanentes para uso e empréstimo aos estudantes com deficiência e custeio de bolsas do programa) quanto com a intermediação e intervenção como órgão superior da Reitoria (UFPB, 2019).

2.1.2 Programa Aluno Apoiador e Manual do CIA

O programa Aluno Apoiador é uma ação permanente do CIA, que, através de editais publicados regularmente a cada semestre letivo, seleciona estudantes de

⁹ Dispõe sobre ações afirmativas na Pós-Graduação *Stricto Sensu* na UFPB para candidatos autodeclarados e oriundos da população negra, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e pessoas com deficiência (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2016)

graduação para se tornarem apoiadores de estudantes com deficiência, e, assim, acompanhá-los durante o período da graduação. O programa tem abrangência para os quatro campi da UFPB e oferece bolsa-auxílio mensal, em conformidade com a vigência do edital, ao apoiador.

Ademais, com o objetivo de melhor orientar a comunidade acadêmica sobre as políticas de inclusão da UFPB, o CIA também criou um manual, com uma série de instruções voltadas a professores, diretores de centro, chefes de departamento, servidores e estudantes em geral, com a finalidade de ilustrar como deve ser feito o atendimento e o encaminhamento das demandas dos estudantes com deficiência matriculados na instituição.

Segundo o documento, os alunos matriculados nos cursos de graduação ou pós-graduação que desejam ser assistidos pelo CIA durante o percurso acadêmico,

devem solicitar apoio ao CIA através do SIGAA, no ícone “solicitação de apoio ao CIA”, já instalado e em funcionamento na primeira página do SIGAA. Em seguida o CIA entrará em contato com o(a) aluno(a) para as devidas providências e encaminhamentos necessários dentro dos serviços oferecidos (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2014, n.p).

O manual ainda orienta coordenadores de cursos e docentes no que diz respeito ao tratamento do discente com deficiência ou necessidade educacional específica. Tal ferramenta, pode ser entendida, a priori, como um passo importante para a inclusão da PCD no espaço universitário. Todavia, essa orientação não condiz com os relatos dos entrevistados, uma vez que eles reclamaram da falta de “capacitação” e “conhecimento” de alguns docentes e colegas de turma em lidar com as condições de uma pessoa com deficiência.

3 FUNÇÃO DO JORNALISMO: UMA NARRATIVA HUMANIZADA E INCLUSIVA

Mais do que informar, o papel do jornalismo e, logicamente, do jornalista é interpretar e traduzir as informações, atribuindo a essas uma produção de sentido intelectual, de modo que, ao receber determinado material jornalístico, o leitor/(tele)espectador também seja capaz de interpretá-lo, refletir sobre o seu conteúdo, e não apenas consumi-lo mecanicamente (LOBO, 2013).

Para Traquina (2012), o jornalismo pode ser observado como um modo de construção social da realidade. Diante desse pressuposto, é preciso pensar uma produção jornalística que não reflita apenas os interesses de uma organização institucional, mas que esteja voltada, sobretudo, aos interesses dos atores sociais que perpassam e possibilitam tal (re)construção.

Nesse sentido, a reportagem “Inclusão no ensino superior: uma reflexão sobre as políticas de acessibilidade da UFPB” está voltada para uma narrativa humanizada, cujo conteúdo reflete a importância do jornalismo tanto para o desenvolvimento crítico, intelectual, cultural e humano da sociedade quanto para a valorização dos direitos fundamentais.

Precisamos contar histórias. É por meio de nossas histórias que significamos o mundo, as pessoas e as coisas ao nosso redor. Buscamos a compreensão para tudo o que existe, e a narrativa é um instrumento capaz de criar e dar sentido à nossa existência (COELHO, 2017, p. 408).

Para tornar isso possível, contudo, faz-se necessário repensar a forma como se produz jornalismo e, como afirma Medina (2003) “romper” com algumas técnicas do modo de produção. A humanização do relato, portanto, é imprescindível para a promoção de um jornalismo que se contrapõe ao modelo hegemônico movido pelo corporativismo e pela indústria de notícias.

Além disso, fomentar uma mídia inclusiva deve ser uma das responsabilidades do jornalista, tendo em vista que a mídia atua (ou deveria atuar)

como uma grande e importante prestadora de serviços. É preciso ir além da representação de determinados grupos ou sujeitos.

Como defende Figueiredo (2013, p. 6), “a mídia é condição necessária para que os sujeitos acessem os conhecimentos do mundo do qual fazem parte e se constituam como cidadãos ativos e críticos”. Ainda sob essa perspectiva de humanização do jornalismo, o profissional dessa área deve se pautar pela compreensão, uma vez que

as narrativas jornalísticas compreensivas, aquelas sem necessidades de explicações em demasia e em busca de um verdadeiro encontro com o Outro, talvez sejam capazes de influenciar a sociedade para uma realidade justa e igualitária, com o princípio do respeito a qualquer tipo de diferença (COELHO, 2017, p. 414) .

Sendo assim, é necessário viabilizar, por meio do jornalismo e suas narrativas, a inclusão daqueles que são marginalizados ou detêm pouca notoriedade nos espaços midiáticos, a exemplo das pessoas com deficiência.

3.1 Webjornalismo: contexto histórico e características

É inegável o avanço da tecnologia no campo jornalístico após a consolidação do webjornalismo no Brasil. Tal fenômeno é relativamente novo e, desde a sua chegada, vem passando por várias transformações, contribuindo, com isso, para novas configurações das atividades e das práticas jornalísticas no universo digital. Neste tópico, abordar-se-á de forma panorâmica o contexto histórico do webjornalismo e suas principais características.

Basicamente, foi a partir da década de 1990 que a internet ganhou força no Brasil e começou a mobilizar as agências de comunicação para o universo digital. Naquele tempo, segundo Prado (2011), os jornais não possuíam o modelo digital com qual operam hoje – numa estrutura moldada a partir da instantaneidade, na qual as notícias são atualizadas em tempo real – e, simplesmente, hospedavam uma versão do jornal impresso em uma plataforma na web.

As mudanças, segundo o autor, passaram a acontecer em meados dos anos 2000, quando algumas empresas do conglomerado midiático passaram a incorporar

a rotina das redações ao formato do jornalismo digital, que, por sua vez, revolucionou o campo do jornalismo. Hoje, dificilmente, se vê um jornal impresso, isso porque, como aponta Avilés (2009, p. 104) “a Internet tornou-se o paradigma da sociedade da informação, uma vez que permite uma distribuição instantânea, maior interatividade e intercâmbio de conteúdos, bem como a capacidade para promovê-los a um custo menor”.

De um modo geral, o webjornalismo possui seis características (PALACIOS, 2002) que o configuram como tal. Elas estão classificadas como multimidialidade, interatividade, hipertextualidade, personalização, memória e instantaneidade. No projeto de produção da reportagem “Inclusão no ensino superior: uma reflexão sobre as políticas de acessibilidade na UFPB” buscou-se contemplar, o máximo possível, cada uma dessas características, uma vez que o produto foi pensado para hospedagem e circulação na web.

Abaixo, de forma sucinta, e com base nos estudos de Palácios (2002), apresenta-se as definições das principais características do webjornalismo e descreve-se como essas características podem ser percebidas no produto resultante deste TCC.

- Multimidialidade: conjunto de mídias (texto, fotos, vídeos, som, gráficos, entre outros elementos) que convergem na (ou para a) formatação do produto jornalístico. Na reportagem, isso foi explorado com vídeos e arquivos de áudio, além de infográficos e fotografias.
- Interatividade: capacidade de estabelecer uma forma de comunicação/interação com o leitor/público. Uma das formas de interatividade é a caixa de comentários, chats, enquetes, entre outras estratégias que façam com que a audiência seja parte do processo de criação/circulação do produto jornalístico. No trabalho, isso evidencia-se a partir do menu “contato”, criado para estabelecer um canal de comunicação com o internauta.
- Hipertextualidade: capacidade de conectar-se com outros textos, por meio de links e hiperlinks. Essa é uma das características mais presentes na reportagem à qual este trabalho se refere. Durante toda formatação do produto, o leitor é direcionado a outros textos e outros materiais relacionados à temática da reportagem.

- Personalização: como o próprio nome diz, está voltado à customização do conteúdo a um determinado público ou leitor. No caso do produto jornalístico aqui mencionado, esta característica se sobressai com o projeto editorial, voltado à discussão da acessibilidade.
- Memória: armazenamento contínuo de informações na web. No caso da reportagem, o conteúdo ficará armazenado no banco de dados do próprio site, sem custo financeiro e com a possibilidade de ser acessado a qualquer momento, enquanto o domínio estiver ativo.
- Instantaneidade: agilidade e rapidez no acesso e na difusão de informação. Como o site criado para hospedagem da reportagem não está voltado ao jornalismo on-line, tendo sido produzido com a finalidade de alocar o produto, esta foi a única característica não contemplada.

3.2 Gêneros e procedimentos da prática jornalística

Os gêneros jornalísticos são responsáveis, dentre outras coisas, por configurar o formato de um determinado produto. Considerando o formato adotado por este trabalho, escolheu-se comentar brevemente sobre os gêneros entrevista e reportagem, que fundamentam teórica e empiricamente o resultado do TCC.

3.2.1 Entrevista

De maneira genérica, é possível compreender a entrevista como uma técnica jornalística que consiste em uma conversa entre duas ou mais pessoas (entrevistador e entrevistado[s]), com a finalidade de obter informações, opiniões e ideais sobre um determinado tema ou assunto. Ouso dizer que entrevista é uma das principais técnicas utilizadas pelo jornalismo e é uma das mais importantes para a produção de materiais informativos e opinativos, já que, no jornalismo, a informação se consolida com e a partir da entrevista.

Nilson Lage (2001, p. 73), no entanto, complexifica este conceito, e afirma que a entrevista pode estar relacionada ao procedimento de apuração da atividade jornalística “junto a uma fonte capaz de diálogo”.

De acordo com o autor, que possui um rico e vasto acervo voltado aos estudos dos gêneros jornalísticos e da prática jornalística, a entrevista pode ser classificada em ritual, temática, testemunhal e em profundidade (LAGE, 2001). Essa última, por sua vez, foi a classificação mais adequada para se incorporar à proposta deste projeto, visto que o produto se voltou a contar as histórias de vida de pessoas com deficiência e, para isso, precisou-se realizar uma entrevista ainda mais atenta à figura do entrevistado.

A entrevista, contudo, antes de ser executada precisa passar por um pré-planejamento, responsável por nortear a condução de tal técnica, seja com a realização e direcionamento das perguntas, com o controle do tempo ou até intervenções e observações junto ao entrevistado. Por isso, também é de suma importância o domínio dessa técnica. Para Oyama (2014), por exemplo, boas reportagens derivam de boas entrevistas, que derivam de boa realização, que, por fim, derivam da qualidade da fonte entrevista.

3.2.2 Reportagem

Assim como a entrevista, a reportagem também é um dos gêneros jornalísticos bastante utilizados. Sua configuração, entretanto, é distinta e cheia de peculiaridades. Conforme registros históricos e da literatura acadêmica, a reportagem como forma de apresentação de notícias surgiu com o desenvolvimento da imprensa e a criação dos primeiros jornais, na Europa, durante o século XVII.

Antes disso, as notícias eram geralmente transmitidas oralmente ou escritas em forma de carta ou folhetim. Com a popularização dos jornais, a reportagem tornou-se uma forma eficiente de transmitir informações. Com o avanço tecnológico e, sobretudo, da internet, as formas de produção de reportagem também evoluíram e, desde então, vêm democratizando o acesso aos conteúdos jornalísticos produzidos a partir deste gênero.

Sobre a reportagem, Lage (2000) afirma que ela nasceu do sentimentalismo, da aventura, do exótico e do incomum. “A realidade deveria ser tão fascinante quanto a ficção e, se não fosse, era preciso fazê-la ser” (LAGE, 2000, n.p). Já Marques de Melo (1985, p. 65) define reportagem como “o relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social e produziu alterações que são percebidas pela instituição jornalística”.

Diferentemente da notícia, a reportagem deve se ater à contextualização do acontecimento, indo, portanto, além dos fatos e dos dados, de modo que consiga traduzi-los, explicando a sua relevância e o seu impacto para a sociedade. Ademais, não se pode desconsiderar elementos como a apuração, a clareza, a precisão e a organização das ideias.

Em contrapartida, não se pode desconsiderar, na produção de uma reportagem, a empatia e proximidade com as personagens e, conseqüentemente, com as abordagens durante tal processo. Medina (2003, p. 52-53) destaca que a reportagem “ganha em sedução quando quem a protagoniza são pessoas comuns que vivem a luta do cotidiano” e que “contar uma boa história” é “o segredo da reportagem”.

Tomando como base esses conceitos, procurou-se, então, produzir uma reportagem que unisse as técnicas jornalísticas às ferramentas da web, priorizando, durante o processo de produção a escuta compreensiva e, durante a pós-produção, a ampliação da “voz” das personagens, a fim de se chegar a uma narrativa humanizada, voltada à inclusão e valorização da pessoa com deficiência em sua totalidade.

Também levou-se em consideração o fato de que “[...] entende-se consumo muito menos no sentido financeiro e muito mais no sentido simbólico [...] entender-me, enquanto sujeito de uma causa, indica meu lugar no mundo, minhas opiniões, meu grupo, minhas adesões, meu papel social” (MACHADO, 2017, p. 356).

4 METODOLOGIA

O desenvolvimento do produto (reportagem multimídia) levou em consideração, além da pesquisa exploratória, as técnicas aplicadas à atividade jornalística e o uso de ferramentas disponíveis na internet para a produção de um *website*. Este processo se deu em três etapas, sendo elas a pré-produção, produção e pós-produção. A seguir, descreve-se detalhadamente o percurso e o trabalho realizado em cada uma dessas fases.

4.1 Pré-produção

Apesar de esta etapa marcar o início do trabalho, a pré-produção começou com a escolha da temática “inclusão e acessibilidade” ainda durante a disciplina de Pesquisa Aplicada ao Jornalismo, cursada no semestre 2021.2, especificamente entre os meses de fevereiro e junho de 2022, e consolidou-se no período letivo seguinte, 2022.1, com a disciplina de TCC I, cursada entre os meses de agosto e setembro de 2022, quando apresentou-se um pré-projeto de trabalho de conclusão de curso.

A afinidade com a área aliada à vontade de dar visibilidade tanto aos estudantes com deficiência da UFPB quanto aos serviços oferecidos pela instituição, fez com que eu me mobilizasse para pesquisar mais sobre o assunto e, assim, dar origem a um produto jornalístico que abordasse a temática, considerando as histórias de vida daqueles sujeitos e o contexto no qual a universidade está inserida.

Dessa forma, os olhares – desde o último ano – foram se voltando à pesquisa exploratória direcionada ao conhecimento desta seara, a fim de coletar dados e informações que pudessem subsidiar a reportagem, contribuindo, inclusive, para o enquadramento e enfoque desejados.

Tal busca consolidou-se através da consulta à legislação, a sites de instituições de ensino superior, artigos acadêmicos, regimentos de núcleos especializados em inclusão e acessibilidade, como o Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA) e o Núcleo de Educação Especial (Nedesp) da UFPB, e,

sobretudo, da escuta atenta de servidores e colaboradores que atuam neste campo, e de estudantes e demais usuários/beneficiários das políticas de acessibilidade – principais objetos da pesquisa e principais personagens da reportagem.

De posse das informações preliminares, foram realizadas as primeiras reuniões com o professor-orientador para alinhar o projeto e definir possíveis fontes e personagens, e dar o direcionamento das pautas a serem executadas durante o trajeto.

No mês de março de 2023, iniciei a produção das pautas. A primeira delas refere-se a uma entrevista com os responsáveis pela coordenação do CIA, com a qual pretendeu-se tanto conhecer mais profundamente as ações desenvolvidas pelo Comitê quanto obter informações sobre a quantidade de pessoas atendidas, o número de necessidades educacionais específicas registradas no banco de dados, os serviços oferecidos, as equipes de trabalho em atuação, o total de recursos destinados às ações de acessibilidade, os desafios da gestão, as ações de fiscalização sobre a aplicabilidade dos serviços e da assistência prestada aos usuários, entre outras coisas. Busquei informações junto ao Grupo de Trabalho (GT) Comunicacional do Comitê, que me cedeu os contatos dos responsáveis, Rafael Monteiro (coordenador) e Natália Santos (vice-coordenadora).

Daí em diante, as pautas foram pensadas para as personagens, começando pelo professor Lígio Josias, doutorando em Letras pelo Programa de Pós-graduação em Letras (PPGL) da UFPB e docente do curso de Letras-Libras, oferecido pela UFPB Virtual na modalidade de Educação à Distância (EaD). Ele foi indicado pela coordenadora do GT Comunicacional do CIA, a professora doutora Edneia Alves, que também incentivou este trabalho quando conheceu o projeto. Como Lígio é surdo, a pauta teve o enfoque voltado à sua percepção sobre os recursos de acessibilidade disponíveis na UFPB. Buscou-se, então, compreender como ele, enquanto um servidor da universidade e aluno da pós-graduação, avaliava a qualidade das ações executadas pela instituição e, enquanto sujeito com deficiência, como ele agia para se comunicar e para interagir com os seus alunos (surdos e ouvintes) dentro da sala de aula (mesmo que essa estivesse configurada em ambiente virtual).

Em seguida, foi a vez de elaborar a pauta para a personagem Luzia Dias, que é deficiente visual e estudante concluinte do curso de Radialismo da UFPB. Além de conhecer Luzia há algum tempo, o fato de ela estar concluindo a sua graduação

bem como o critério proximidade, tendo em vista que ela estuda no Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA) – mesmo local em que são ministradas as aulas do curso de Jornalismo –, fez com que a elegeisse como fonte e personagem. Perguntei se ela aceitava participar do trabalho e, positivamente, ela abraçou a ideia. A pauta versou sobre as impressões dela acerca da acessibilidade, considerando aspectos arquitetônicos, atitudinais, tecnológicos e institucionais, destacando a sua história de vida, contada em uma parte da reportagem.

Seguindo os mesmos critérios mencionados acima, escolhi a jornalista recém-formada pela UFPB Mileide Moreira, que também tem cegueira. A proposta da pauta, no entanto, foi ouvi-la sob a perspectiva de alguém que, mesmo com as dificuldades e as condições precárias de acessibilidade, conseguiu concluir a graduação. Além disso, a pauta buscou questionar como é para uma pessoa deficiente visual se formar academicamente e ir em busca de emprego, focando em como se dá a recepção das PCDs no mercado de trabalho. Consegui o seu contato com colegas de curso e, por meio do WhatsApp, lhe fiz o convite.

Pensando em ampliar as vozes da comunidade surda, redigi uma pauta para entrevistar o estudante do curso de Direito, Ricardo Douglas. Um amigo me indicou o seu contato. Falei com Ricardo através de mensagem de texto no WhatsApp, convidando-o para uma entrevista e ele aceitou, desde que tivesse a presença de um intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras) para intermediar a nossa conversa. Embora eu tenha o conhecimento da Libras e me comunique consideravelmente bem com os surdos, a presença de um intérprete é fundamental para que não haja ruídos e nem risco de uma interpretação equivocada da mensagem emitida pela fonte. Em um primeiro momento, marcamos a entrevista para as 20h, do dia 28 de abril. Mas, por falta de intérprete, precisou ser remarcada para o dia 5 de maio, às 20h.

Adiante, fechando o ciclo de personagens, telefonei para a jornalista e professora aposentada da UFPB, Joana Belarmino, para convidá-la para ceder uma entrevista. Como já tinha o seu contato, visto que fui aluno dela durante o 4º período da graduação, mandei uma mensagem via WhatsApp explicando do que se tratava o meu contato e, ela não hesitou. Ali mesmo agendamos um dia e horário para a entrevista. Para esta pauta, pensei em trazer a opinião de uma especialista sobre o tema da acessibilidade no ensino superior, considerando a sua própria experiência como discente – quando ainda não havia políticas públicas de acessibilidade na

UFPB – e como docente – quando estas ações foram sendo, paulatinamente, implantadas na e pela instituição.

4.2 Produção

Antes de relatar o passo a passo da produção, reitero que para a execução de todas as pautas o principal equipamento utilizado foi o meu próprio smartphone, modelo Xiaomi Redmi Note 8, com o qual fiz telefonemas e gravei o áudio das ligações, fiz imagens (vídeos e fotos), quando possível, e conversei via WhatsApp com as fontes ao longo de todo o processo.

Seguindo a mesma ordem de elaboração das pautas, a primeira conversa se deu com Natália Santos, vice-coordenadora do CIA, no dia 29 de março. Toda a entrevista foi realizada pelo WhatsApp. Inicialmente, a pauta foi planejada para ser executada em um encontro presencial, no entanto, por causa de imprevistos com a fonte, precisamos realizá-la de forma virtual. Sugeri que eu lhe fizesse as perguntas e ela fosse respondendo em seguida. Assim fizemos. A cada pergunta, Natália respondia em áudio. Algumas questões que demandaram pesquisa e levantamento de dados, e, por isso, foram respondidas posteriormente, em formatos de texto e de áudio.

O coordenador do CIA, Rafael Monteiro, não participou da entrevista porque estava de licença paternidade. No entanto, ao tomar conhecimento do seu retorno às atividades laborais, entrei em contato com ele, via telefone, para fazer alguns questionamentos, principalmente quanto à folha orçamentária do CIA e o total de recursos destinados à aplicação das políticas de acessibilidade, e fui pedido para que o encaminhasse um e-mail com as perguntas. Assim o fiz, mas, até o fechamento deste relatório, não recebi nenhum retorno.

As falhas no contato com o CIA, aliás, representaram a maior dificuldade durante a execução desta fase do trabalho. Nem nos canais oficiais (site e e-mail) nem em contatos extraoficiais (telefonemas e mensagens de texto via WhatsApp), tive as minhas demandas atendidas, com exceção da vice-coordenadora Nathália que, em todas as tentativas de contato me respondia educada e prontamente. Por causa de questões burocráticas da gestão, segundo ela me informou, algumas informações somente o coordenador poderia repassar. Essa, relacionada aos recursos, foi uma delas.

Adiante, dei continuidade à rodada de entrevistas com o professor Lígio, que aconteceu de forma assíncrona. A pedido da própria fonte, foi enviado, em 5 de abril, um arquivo por e-mail, em formato word, com 14 perguntas. Entretanto, somente no dia 29 daquele mês o entrevistado retornou o e-mail com as respostas. Também registro, aqui, a dificuldade com essa personagem. Inicialmente, combinamos para que o questionário enviado fosse devolvido com as devidas respostas em um prazo de até dez dias. A fonte concordou, mas não cumpriu com o combinado. Por várias vezes precisei retomar o contato via WhatsApp para lembrá-lo sobre o acordo e, assim, evitar ficar sem as respostas, consideradas importantes para o andamento da reportagem.

Com a estudante Luzia Dias, a entrevista foi realizada presencialmente, no dia 18 de abril, nas dependências do campus I da UFPB, em João Pessoa. A entrevista aconteceu em dois momentos, sendo um deles pela manhã, na sala de recursos do Núcleo de Educação Especial (Nedesp), onde conversei com Luzia sobre a sua trajetória antes dela ingressar na UFPB, e o outro, à noite, em uma das salas de aula do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), onde conversamos sobre as dificuldades e os desafios que ela enfrentou ao entrar na universidade e está enfrentando para permanecer e se graduar.

Figura 1: Entrevista com Luzia Dias



Fonte: o autor (foto tirada pelo celular)¹⁰

Este dia foi bastante proveitoso para a produção, visto que, além das entrevistas, Luzia e eu desfrutamos de um passeio pelo campus. Pude acompanhar de perto e, com isso, perceber um pouco do que ela sente ao se locomover por determinados locais da universidade, cuja arquitetura está comprometida, com buracos, falta de guias, entre outros problemas. Um dos trechos percorridos compreende a entrada principal do CCHLA até o Restaurante Universitário (RU), onde Luzia faz suas refeições diariamente. Naquela noite, inclusive, decidi jantar, lá, com ela para saber como se dava o acesso e como ela jantamos juntos.

Infelizmente, não fiz registros de imagem porque a bateria do meu celular estava carregando, visto que ainda tínhamos uma longa entrevista pela frente. Todavia, pude registrar com os próprios olhos a falta de acessibilidade naquele lugar, desde a recepção dos estudantes, na fila de entrada, até o momento de se servir e sentar à mesa. Com exceção da rampa de acesso (destinada, principalmente, aos cadeirantes), nenhum outro recurso assistivo ou acessível está disponível às pessoas com deficiência, principalmente aquelas com cegueira, como é o caso de Luzia.

Ao todo, essa entrevista durou cerca de 4 horas e meia, tendo sido as primeiras duas horas no período matutino e as demais no período noturno. Toda a conversa foi captada com o gravador de voz do aparelho celular.

Em 26 de abril, a vice-coordenadora do CIA, Natália, me enviou, via WhatsApp, respostas de uma das Tradutoras Intérpretes de Línguas de Sinais (TILs), Pollyana Oliveira, sobre as dificuldades que estes profissionais enfrentam para atender às demandas de tradução e interpretação solicitadas por estudantes surdos, professores, servidores e demais pessoas da comunidade acadêmica que precisam do serviço.

Na sequência, a próxima entrevistada foi a jornalista Mileide Moreira. Por questões relacionadas a deslocamento, optamos por uma entrevista via ligação telefônica. No dia 5 de maio fui até a UFPB, de onde liguei para Mileide, às 9h da manhã. A conversa durou, aproximadamente, cinquenta minutos. Para, posteriormente, ter acesso à íntegra da entrevista, acionei o gravador de chamada

¹⁰ Fotografia produzida durante a entrevista com a personagem Luzia Dias, em uma sala de aula do CCHLA da UFPB.

do meu celular, que fez todo o registro e, automaticamente, salvou o áudio em formato mp4 na memória do próprio aparelho.

Neste mesmo dia havia uma entrevista marcada com o estudante Ricardo Douglas, para as 20h. No entanto, mais uma vez, por falta de intérprete de Libras, a pauta foi derrubada. Por, pelo menos, três vezes, solicitei via e-mail a presença de um profissional da área para intermediar o diálogo com o estudante surdo, mas não tive nenhum retorno além de uma mensagem automática informando que a demanda havia sido recebida e, dentro de um prazo de até cinco dias úteis, seria dada uma resposta quanto ao deferimento ou indeferimento da solicitação.

Figura 2: página do e-mail profissional com a resposta do CIA



Fonte: o autor/ reprodução Gmail¹¹

Paralelamente à execução das pautas, eu fazia buscas em sites especializados em acessibilidade e banco de dados de órgãos como Ministério da Educação (MEC), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), entre outros, para obter informações e dados estatísticos complementares.

Por fim, a entrevista com a professora Joana Belarmino, realizada em 9 de maio, encerrou esta fase do trabalho dedicada à produção. Assim como aconteceu com Mileide, a entrevista foi feita por telefone, e todo o conteúdo foi gravado

¹¹ Print de uma parte da tela com a resposta automática do CIA que confirma o recebimento da solicitação de intérprete de Libras.

automaticamente no celular, totalizando cerca de 40 minutos de conversa, em que abordou-se, entre outros tópicos, a trajetória da fonte antes da legislação que dispõe sobre o acesso da PCD ao ensino superior entrar em vigor e os desafios enquanto docente cega em uma instituição de ensino superior.

4.3 Pós-produção

Depois de cumprir as pautas previstas e finalizar a rodada de entrevistas previamente planejada, foi necessário fazer a seleção do material a ser utilizado na reportagem. À medida que as entrevistas iam sendo realizadas, eu ia transcrevendo os áudios, com o auxílio da ferramenta “digitação por voz” da plataforma *google docs*¹², a fim de facilitar o processo de pós-produção e, conseqüentemente, tomar menos tempo quando chegasse esta etapa.

Para cada entrevista transcrita foi criado um arquivo em formato *word*, que, posteriormente, era colocado em uma pasta destinada exclusivamente à reportagem. Ao todo, foram mais de 7 horas de áudio, somando as entrevistas presenciais, remotas e áudios enviados via WhatsApp; além de 16 minutos e 45 segundos de vídeo e 22 páginas com textos transcritos sem qualquer tipo de edição.

Diante da necessidade de se fazer os recortes daquilo que, de fato, iria entrar na reportagem “Inclusão no ensino superior: uma reflexão sobre as políticas de acessibilidade na UFPB”, comecei a escrever, em outro arquivo, o conteúdo jornalístico propriamente dito.

Além disso, para editar os arquivos de áudio que entrariam na reportagem, utilizei a plataforma gratuita e *on-line* Audio Converter¹³, com a qual fazia o recorte dos trechos selecionados, pequenas edições sonoras e, depois, baixava no computador, um notebook Lenovo Intel Core i3. Para os vídeos, o editor escolhido foi o *Veed.io*¹⁴, que também oferece uma versão gratuita e pode ser utilizada de forma *on-line*, sem precisar fazer *download* de programas e/ou *softwares*. Embora não tenha muita experiência com procedimentos de edição de som e imagem, consegui desempenhar bem esta tarefa nas duas plataformas.

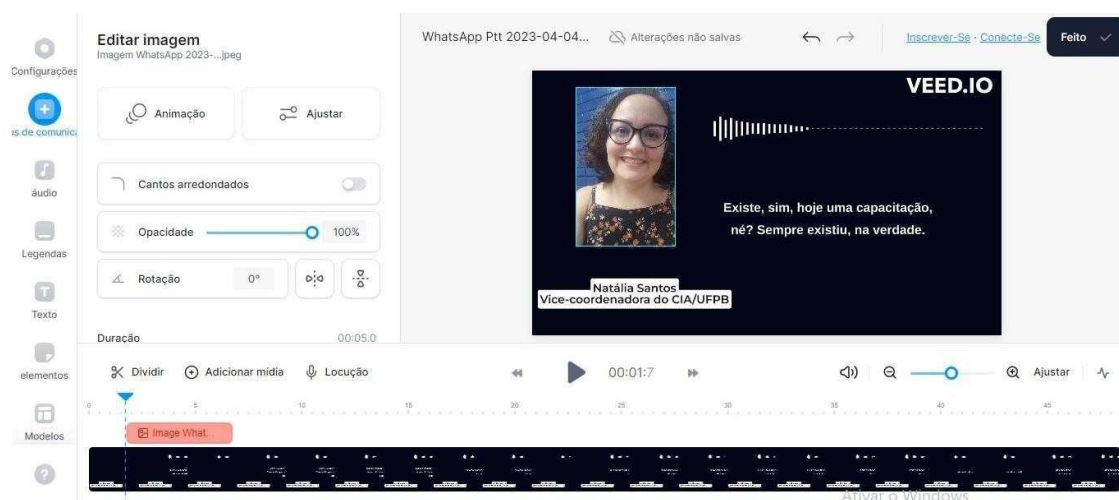
¹² Editor de texto que faz parte de um pacote de aplicativos do Google Workspace (<https://docs.google.com>).

¹³ Editor de áudio gratuito e *on-line* que converte e edita arquivos de áudio em formato MP3 (<https://online-audio-converter.com>).

¹⁴ Plataforma online de edição de vídeo. Além de edição, o programa permite transcrever arquivo de áudio e vídeo para texto, além de legendar automaticamente vídeos (<https://www.veed.io>).

O passo seguinte foi a escolha da plataforma na qual o material seria publicado. Após fazer várias buscas na internet e assistir a uma sequência de vídeos no YouTube sobre como criar um website, optei pelo Canva. Além de se tratar de uma ferramenta com a qual já tenho experiência há algum tempo, também considerei o fato de a plataforma possibilitar a criação de um site sem custos financeiros, cuja versão foi a escolhida por mim.

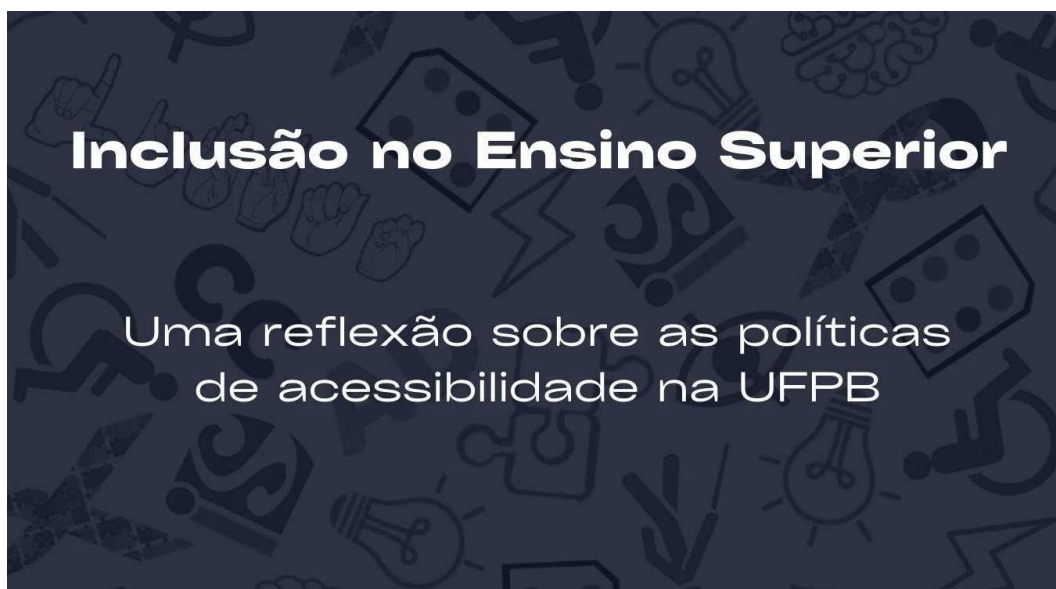
Figura 3: página da área de edição da plataforma *Veed.io*



Fonte: o autor/reprodução *Veed.io*

O site foi estruturado de modo que a leitura ocorra sob rolagem vertical, de cima para baixo, desde a página inicial até a página final. Com exceção da página inicial, na qual há, no fundo, uma imagem desfocada com símbolos e elementos visuais que remetem à acessibilidade, optei por utilizar em todo o site uma paleta de cores em tons frios, priorizando um tom de azul mais escuro no fundo, enquanto nos títulos e subtítulos utilizei um tom de azul mais claro. O corpo do texto principal está na cor branca, padronizado na fonte Codec Pro. A fonte escolhida para títulos e subtítulos foi a Codec Pro ExtraBold. Já para a descrição de imagens, optei pela fonte Arimo, em um tom mais acinzentado.

Figura 4: página inicial do site criado para hospedar a reportagem



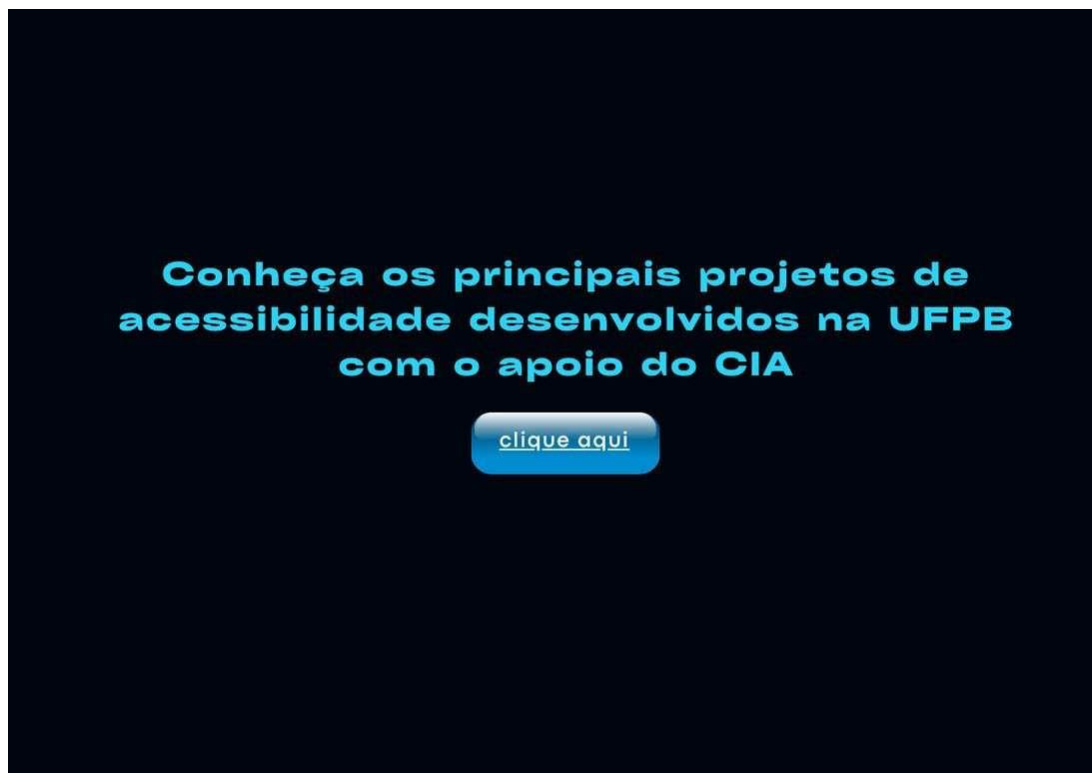
Fonte: o autor/reprodução Canva¹⁵

Ao todo, o site possui um menu com 12 abas, nas quais o leitor pode transitar seguindo ou não a ordem em que elas aparecem. Compõe o menu as seguintes seções: Início; Contexto; PCD no Brasil; PCD na UFPB; Só o acesso não é suficiente; Educação Básica; Desafio em dobro; Assistência estudantil na UFPB; A entrevista; Projetos de Acessibilidade; Quem somos?; Você sabia?; e Contato.

Em cada uma dessas seções há um conteúdo diferente, além de gráficos, fotos, *players* de áudio ou vídeo, que proporcionam ao leitor, uma experiência multimídia, e a possibilidade de avançar ou regressar a qualquer momento para a aba que ele desejar.

¹⁵ <https://inclusaoeacessibilidade.my.canva.site/>

Figura 5: seção “projetos de acessibilidade”



Fonte: o autor/reprodução Canva¹⁶

Com o objetivo de gerar mais aproximação com o leitor e conceder espaço para comentar, opinar, sugerir, enfim, interagir com o repórter, foi criada a seção “Contato”. Nela, o leitor encontra as opções de enviar uma mensagem diretamente pro WhatsApp do autor da reportagem ou, se preferir, escrever um e-mail. Este espaço é de suma importância para estabelecer a interatividade entre o repórter e o seu público.

¹⁶ <https://inclusaoeacessibilidade.my.canva.site/>

Figura 6: página interna do site na seção “Contato”



Fonte: o autor/ reprodução Canva¹⁷

Depois disso, o passo final foi a revisão de todo o conteúdo e, posteriormente, publicação do site, que além do formato para tela de computador, também teve suas configurações redimensionadas para dispositivos móveis, de modo que o leitor/internauta tenha acesso a todo o conteúdo com a mesma qualidade.

Vale salientar, ainda, que até a apresentação deste trabalho à banca avaliadora, o site ficará oculto nos mecanismos de busca na internet, com acesso restrito. Ou seja, somente quem tiver o link poderá acessá-lo. Reitero, contudo, que, depois dessa etapa final do TCC, ele se tornará público e, a partir disso, qualquer pessoa poderá acessá-lo e compartilhá-lo, de onde, quando e como desejar. O site está disponível no link <https://inclusaoeaccessibilidade.my.canva.site/>.

¹⁷ <https://inclusaoeaccessibilidade.my.canva.site/>

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mais do que conhecer e contar histórias reais de vida, busquei com a reportagem "Inclusão no ensino superior: uma reflexão sobre as políticas de acessibilidade na UFPB" dar visibilidade à realidade de uma parcela da população cujos valores e interesses ainda são pouco conhecidos e mediatizados pelos veículos tradicionais de comunicação. Adianto que os objetivos de publicizar as impressões dos usuários das políticas afirmativas voltadas à acessibilidade na Universidade Federal da Paraíba e apresentar os serviços oferecidos pela instituição à comunidade acadêmica com algum tipo de deficiência foram satisfatoriamente alcançados.

Todavia, vê-se que as dificuldades em torno da pessoa com deficiência no ensino superior não são poucas e ainda precisam de mais empenho para serem superadas. Embora o país tenha avançado no que diz respeito à promoção de políticas públicas voltadas à garantia dos direitos das PCDs, a negligência do poder público, somada à falta de empatia e engajamento dos próprios cidadãos e demais agentes da sociedade, é um dos fatores que dificulta a efetivação da inclusão, da acessibilidade e, conseqüentemente, de um país mais justo, igualitário e democrático.

A cada história ouvida pude perceber quão desafiador é para estas personagens, que brilhantemente possibilitaram a realização deste trabalho, ter que lidar com barreiras, dificuldades e preconceitos impostos por uma sociedade, infelizmente, ainda aquém daquela projetada pelas leis. Além disso, poder usar o jornalismo como um canal de denúncia dessas questões e fazer dele – e com ele – um espaço para escuta e publicização dos anseios e dos potenciais deste público, me fez reafirmar o meu compromisso social como jornalista.

Cada etapa deste projeto – incluindo os percalços, que não foram poucos, haja vista a corrida contra o tempo com as demandas exaustivas de outras disciplinas da graduação e as demandas do estágio e da vida pessoal – foi de extrema relevância para o desenvolvimento não só das minhas habilidades acadêmicas e profissionais, mas também para o aperfeiçoamento da minha visão de

mundo sobre o cotidiano das pessoas com deficiência dentro (e fora) do espaço universitário.

Acredito que colocar em prática parte daquilo que aprendi ao longo da graduação, contribuiu, significativamente, para reconhecer a importância da atividade jornalística, para além de um exercício profissional, como um instrumento de promoção da cidadania. Afinal, mais importante do que o aspecto técnico, é o significado que o jornalismo (re)produz na vida das pessoas.

REFERÊNCIAS

AVILÉS, José Alberto García. La comunicación ante la convergencia digital: algunas fortalezas y debilidades. **Signo Y Pensamiento**, Bogotá, Colombia, v. 28, n. 54, jan-jun., 2000, p.102-113.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - Pnaes. Brasília, DF. Presidência da República [2010]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%207.234%2C%20DE%2019,Nacional%20de%20Assist%C3%A2ncia%20Estudantil%20%2D%20PNAES. Acesso em: 29 out. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 30 maio 2022.

COELHO, Giselle Freire Borges. História de crianças com deficiência: por um Jornalismo que narra e dá voz. **Periferia**, e-publicações UERJ, v., n1, p.406-425. jun-jul., 2017.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PESQUISA NACIONAL DE SAÚDE 2019**: orientação sexual autoidentificada da população adulta. Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101934>. Acesso em: 8 mar. 2023.

LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LAGE, Nilson. **Teoria e técnica de reportagem, entrevista e pesquisa jornalística**. Santa Catarina. 2000. Disponível em: <http://nilsonlage.com.br/wp-content/uploads/2017/10/A-reportagem.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2023.

LOBO, T. Sobre o papel social do jornalismo. **Observatório da Imprensa**, 2013. Disponível em: https://www.observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/ed743_sobre_o_papel_social_do_jornalismo/. Acesso em: 3 mar. 2023.

MACHADO, Fernanda Camargo. Inclusão na Mídia: práticas de engajamentos na contemporaneidade. **Revista Educação Especial**, v.30, n.58, 351-360, maio/ago. 2017.

MARQUES DE MELO, José. **A opinião no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Vozes, 1985.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento orientador:** Programa incluir - acessibilidade na educação superior. n.p ed. 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12737-documento-orientador-programa-incluir-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 1 abr. 2023.

MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente:** Narrativa e cotidiano. 2. ed. São Paulo: Summus, 2003. p.9-150.

OYAMA, Thaís. **A arte de entrevistar bem.** 2. ed. São Paulo: contexto, 2014.

PALACIOS, Marcos. **Jornalismo online, informação e memória:** apontamentos para debate. Paper apresentado no painel Informação e Jornalismo no evento Jornadas sobre Jornalismo On-line, Universidade da Beira Interior, Portugal, 21 de junho de 2002.

PRADO, M. **Webjornalismo.** Rio de Janeiro: LTC, 2011.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo:** porque as notícias são como são. 3.ed rev. Florianópolis: Insular, 2012. v.1.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Comitê de Inclusão e Acessibilidade:** apresentação, 2015. Disponível em: <https://www.ufpb.br/cia/contents/menu/cia-2/apresentacao>. Acesso em: 25 out. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante. **Apoio ao estudante com deficiência,** 2019. Disponível em: <https://www.ufpb.br/prape/contents/menu/auxilios-e-apoios/apoio-ao-estudante-com-deficiencia>. Acesso em: 30 out. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Comitê de Inclusão e Acessibilidade. **CIA em números 2022.** João Pessoa, 2023. Disponível em: <https://www.ufpb.br/cia/contents/relatorios/cia-em-numeros-2022.pdf/view>. Acesso em: 20 abr. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Comitê de Inclusão e Acessibilidade. **Manual do Cia.** João Pessoa, 2014. Disponível em: <https://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/manual-do-cia.pdf/view>. Acesso em: 29 out. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Pró-Reitoria de planejamento e desenvolvimento (Proplan). **Relatório de Gestão 2021.** João Pessoa, 2021. Disponível em: <https://www.ufpb.br/cia/contents/relatorios/relatorio-de-gestao-cia-2021.pdf/view>. Acesso em: 25 out. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Serviço Público Federal. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 558/2016.** Dispõe sobre ações afirmativas na Pós-Graduação Stricto Sensu na UFPB para candidatos

autodeclarados e oriundos da população negra, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e pessoas com deficiência. Disponível em: <http://www.prpg.ufpb.br/prpg/contents/downloads/res-58-2016-consepe.pdf/view>. Acesso em: 30 out. 2022.

VALENTINI, C. B.; BISOL, C. A.; SIMIONI, J. L.; ZANCHIN, J.. “Estudantes Surdos no Ensino Superior: Reflexões Sobre a Inclusão”. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 139, p.147-172, jan./abr. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v40n139/v40n139a08.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2023

APÊNDICE A

Cronograma TCC (2022.2)

Atividades	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
Revisão bibliográfica e atualização de dados	X				
Aplicação de questionários		X			
Execução das pautas e entrevistas direcionadas		X	X	X	
Análise/apuração do material coletado			X	X	
Preenchimento de lacunas			X	X	
Escrita da reportagem e do relatório técnico				X	
Revisão textual				X	X
Entrega do Trabalho					X
Defesa do Trabalho					X

APÊNDICE B

Pauta-geral da reportagem

Produtor/Repórter: Ítalo Arruda

Reportagem

Inclusão no ensino superior: uma reflexão sobre as políticas de acessibilidade na UFPB

PROPOSTA:

Como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), vamos fazer uma reportagem (para hospedagem e circulação na *web*) sobre a inclusão de pessoas com deficiência (PCDs) na UFPB, com enfoque na aplicabilidade das políticas públicas voltadas à acessibilidade e às condições de permanência dessa população no contexto do ensino superior.

Para isso, vamos fazer um resgate do processo de implementação das ações afirmativas para PCDs na UFPB, abordando o incentivo e fomento do poder público para aplicação e execução de tais políticas; observar a experiência (individual e coletiva) dos discentes com deficiência e demais usuários do serviço – incluindo professores, coordenadores de cursos, diretores de centro, técnicos administrativos, intérpretes de libras, especialistas em acessibilidade e direitos humanos, e agentes do Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA) da UFPB – a fim de tomar conhecimento sobre os desafios, os pontos positivos e negativos dos recursos assistivos; e provocar uma reflexão sobre a importância e a necessidade dos dispositivos de acessibilidade tanto para a formação acadêmica da pessoa com deficiência quanto para a promoção e o exercício da sua cidadania.

ENCAMINHAMENTO:

Entrevistar, de preferência presencialmente, os responsáveis pela coordenação do CIA-UFPB; estudantes com deficiência e usuários do CIA; intérpretes de libras; diretores de centro onde estes discentes estão matriculados, professores/pesquisadores/especialistas em acessibilidade.

A primeira entrevista será realizada na quarta-feira, 29/03, com a vice-coordenadora do CIA, Natália Santos. Seguindo o roteiro de entrevistas, programado para ser executado até o dia 12/04, vamos entrevistar os intérpretes de libras e os diretores de centro (restrito ao campus I, em João Pessoa) onde há alunos surdos

matriculados (conforme a lista apresentada pelo CIA). Por último, entrevistaremos os professores (no mínimo 4) de alunos surdos.

POSSÍVEIS PERGUNTAS PARA A COORDENAÇÃO DO CIA:

Ao todo, quantos usuários são atendidos pelo comitê?

É possível classificar a quantidade por tipo de deficiência?

Como se dá o acesso ao CIA e quais são os serviços oferecidos à comunidade universitária com algum tipo de deficiência ou necessidade educacional específica?

Existem particularidades entre os serviços oferecidos aos usuários matriculados na graduação com relação aos usuários matriculados na pós-graduação? Se sim, quais?

Pelo regulamento que institui o comitê, cada centro deve ter um representante devidamente cadastrado. Isso, no entanto, não é uma realidade, tendo em vista as informações divulgadas no próprio site do CIA. Por que estes centros não estão sendo representados no comitê? Quais são as condições/necessidades para se eleger um representante?

A quantidade de intérpretes é suficiente para atender todas as demandas da comunidade surda da UFPB?

De onde vêm os recursos para a operacionalização dos serviços e quem os administra? É possível informar o valor da folha orçamentária?

O aluno apoiador tem sido um dos principais programas de acessibilidade dentro da UFPB, atendendo dezenas de estudantes com deficiência. Hoje, quantos alunos são apoiadores?

Todos são bolsistas? Quantos são voluntários?

Existe algum tipo de capacitação para estes apoiadores? Como isso acontece?

Como se dá a fiscalização das atividades desenvolvidas por esses alunos apoiadores?

SUGESTÃO DE PERGUNTAS PARA OS PROFESSORES, COORDENADORES DE CURSO E DIRETORES DE CENTRO

O (a) sr. (sra) passou por algum procedimento de capacitação/formação/orientação voltado à educação inclusiva ou temática afim?

Existe dificuldade com relação ao exercício da docência para estudantes surdos? Qual?

Como se dá a aplicação das atividades?

Que práticas pedagógicas precisaram ser adaptadas para que o estudante pudesse ter o máximo de aproveitamento da aula?

Como o (a) sr. (sra) avalia a atuação do CIA junto aos discentes surdos?

Que outras ações poderiam ser implementadas para o melhoramento do serviço?

O centro dispõe de recursos inclusivos e de acessibilidade para esta população? Quais?

APÊNDICE C

Pauta: personagem Ligio Josias/Departamento de Língua de Sinais - UFPB

ENCAMINHAMENTO: Vamos conhecer um pouco sobre a trajetória de Ligio Josias, que é surdo e, atualmente, doutorando em Letras pela UFPB e professor do curso de Letras Libras pela UFPB Virtual. A ideia, além de compreender como se dá a acessibilidade para pessoas surdas no âmbito da pós-graduação, é saber como o entrevistado avalia essa situação e como ele compara tal realidade com experiência que ele mesmo teve durante o seu percurso na graduação, que, por sua vez, se deu na mesma instituição.

SUGESTÃO DE PERGUNTAS:

1. Qual é a sua formação acadêmica?
2. Você também fez sua graduação na UFPB? Aqui, nesta parte, eu gostaria de saber um pouco sobre como foi a sua **formação na graduação**. Você teve acesso às políticas de acessibilidade? Quais?
3. Qual a maior dificuldade que você encontrou no caminho da graduação?
4. A sua turma da graduação interagiu com você?
5. Seus colegas se comunicavam em Libras? Como era a comunicação entre você, os colegas de turma e os professores?
6. Como os professores faziam para tornar o conteúdo acessível?
7. Com relação à pós-graduação, o que você está fazendo atualmente, é o doutorado?
8. Como tem sido a assistência nesta etapa? Você tem auxílio de intérpretes? Conte um pouco da sua experiência com relação às políticas de acessibilidade na pós-graduação.
9. Os serviços oferecidos pela UFPB, no quesito da acessibilidade, têm atendido às suas necessidades?
10. Na sua opinião, o que deve ser melhorado?

11. Você conhece ou conheceu algum colega surdo que, por falta de assistência, abandonou o curso?
12. Você também é professor na UFPB? De qual curso/disciplina?
13. Você também tem alunos ouvintes? Como se dá a comunicação entre você e seus alunos?
14. Para finalizar, comente um pouco sobre a importância de promover ações de acessibilidade para a comunidade surda e demais pessoas com algum tipo de deficiência durante a trajetória no ensino superior.

APÊNDICE D

Pauta: entrevista ping-pong com a jornalista Joana Belarmino (pessoa cega)

ENCAMINHAMENTO: A proposta desta pauta é conhecer um pouco sobre a trajetória da jornalista, pesquisadora e professora titular aposentada da UFPB, Joana Belarmino, que é cega e percorreu a maior parte da sua formação acadêmica e profissional antes da implementação da lei de cotas e demais políticas de acessibilidade à pessoa com deficiência. Vamos saber, a partir de uma entrevista ping-pong, como foi esse processo e como ela, enquanto pessoa com deficiência visual, enfrentou as dificuldades e os desafios desde o ingresso na graduação até a sua aposentadoria.

SUGESTÃO DE PERGUNTAS:

A senhora ingressou na graduação muito antes da Lei de Cotas entrar em vigor. Quando e como isso ocorreu?

Quais foram as principais dificuldades durante o período da graduação?

Essas dificuldades persistiram durante o seu percurso na pós-graduação?

Na sua avaliação, como as tecnologias contribuíram e contribuem para a promoção da acessibilidade na formação universitária?

Diante da sua experiência na UFPB, como está a situação da universidade neste quesito?

O aspecto físico do campus universitário favorece a mobilidade de uma pessoa cega?

No seu tempo de estudante, como lidava com estes problemas?

Antes da docência, a senhora exerceu a função de repórter. Quais foram os veículos pelos quais passou e que desafios enfrentou no mercado de trabalho?

Vê-se que a colaboração de terceiros foi imprescindível para o seu desenvolvimento acadêmico e profissional. Essa é uma virtude que deve ser valorizada e estimulada?

A forma como a mídia trata a questão da acessibilidade contribui para a discussão e o fomento de políticas públicas voltadas à promoção de experiências inclusivas e espaços acessíveis?



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ARTES
CURSO DE JORNALISMO

DECLARAÇÃO DE AUTORIA

Discente: Ítalo Arruda Nunes de Oliveira

Matrícula: 20180110839

Título do Trabalho: Reportagem: "Inclusão no ensino superior: uma reflexão sobre as políticas de acessibilidade na UFPB"

Professor (a) orientador (a): Dr. Dinarte Varela Bezerra

Declaro, a quem possa interessar, que o presente trabalho é de minha autoria e que responderei por todas as informações e dado nele contidos, ciente da definição legal de plágio e das eventuais implicações.

João Pessoa, 13 de junho de 2023

A assinatura manuscrita de Ítalo Arruda Nunes de Oliveira, escrita em tinta preta, sobre uma linha horizontal.

Assinatura do (a) discente